

RECÔNCAVO REBELDE: REVOLTAS ESCRAVAS NOS ENGENHOS BAIANOS*

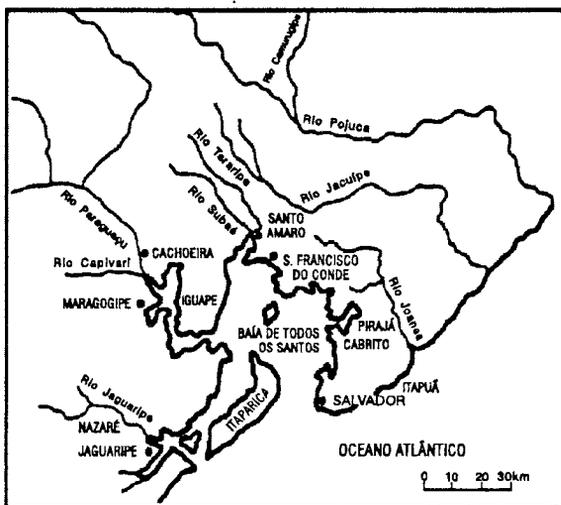
João José Reis

(Universidade Federal da Bahia)

As rebeliões escravas que aconteceram na Bahia na primeira metade do século XIX podem ser explicadas por vários fatores. Em primeiro lugar, a expansão da economia a partir do final do século XVIII, que fez aumentar o número de engenhos, a produção de açúcar para a exportação e a importação de escravos da África. Esses mesmos fatores influenciaram ainda o desenvolvimento da cultura do fumo, em Cachoeira, principalmente, fumo que era trocado na África por escravos. O crescimento da agricultura de exportação, por outro lado, foi feito às custas de uma intensificação do trabalho escravo e também às custas da produção de alimentos. O escravo do Recôncavo agora trabalhava mais e comia menos.

Como o assunto é rebelião, vale também lembrar que os engenhos de açúcar do Recôncavo prosperaram nesse período, em grande parte, como decorrência da revolução escrava do Haiti, a mais rica colônia francesa, na última década do século XVIII. Ali os escravos tomaram o poder e destruíram a escravidão, e com esta destruíram a agricultura açucareira

O RECÔNCAVO BAIANO



* Este texto serviu de base para uma palestra proferida em Cachoeira, por ocasião da semana da festa da Boa Morte, em agosto de 1990. Ele aproveita material do capítulo 3 de meu livro *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês* (São Paulo, Brasiliense, 1986), mas, principalmente, contém muita informação nova obtida de pesquisas posteriores. Para essas pesquisas contei com o apoio do CNPq.

de exportação mais próspera do mundo. O Brasil e outros produtores de cana se beneficiaram com a saída desse formidável concorrente do mercado internacional.

Devemos enfatizar, desse quadro que acabamos de descrever, o aumento da importação de escravos. Estes agora chegavam à Bahia aos milhares. Calcula-se em cerca de oito mil anualmente. Uma estimativa de 1814 indica que haveria no Recôncavo em torno de 40.800 escravos espalhados por 408 engenhos, uma média de cem por engenho. Em cada engenho haveria não mais de seis brancos e mulatos, ou seja, 2.450 em todos eles. Esses números, entretanto, não incluem os pequenos lavradores e os habitantes das vilas, o que certamente diminuiria a diferença entre livres e escravos. Na verdade, conforme Schwartz demonstrou recentemente, ao contrário do Caribe, no Brasil a maioria dos escravos estava em mãos de pequenos e médios escravistas. E se os livres eram minoria, não eram uma minoria pequena. Um censo de 1835 da principal região açucareira, a freguesia de São Tiago do Iguape, comarca de Cachoeira, contou 3.982 escravos, 3.101 livres e 343 libertos. Embora maioria, os escravos não passavam de 54 por cento da população local. Mesmo considerando que em 1814 os escravos fossem em muito maior número, devido à maior intensidade do tráfico – em 1835 o tráfico, apesar de continuar, já era ilegal – é duvidoso que, nessa ou em qualquer data do século XIX, eles fossem mais de 70 por cento da população na área do açúcar.¹

Entre os escravos, cerca de 60 por cento eram nascidos na África, proporção que no Iguape de 1835 – portanto, cessado o tráfico legal – cairia para 53 por cento. Estes africanos vinham de regiões específicas da África, vinham em grande número de áreas do golfo de Benin, atualmente parte da Nigéria e da República Popular do Benin. Eram na maioria nagôs, jejes e hauçás, egressos de sociedades guerreiras e muitos deles adeptos do Islã, uma religião militante em expansão na África. Essas características facilitaram a criação de laços de solidariedade coletiva e a disposição para a luta contra o cativo em terras do Recôncavo.

Outra importante característica da população escrava era a existência de poucas mulheres, sobretudo africanas, nos engenhos. Entre os africanos, calcula-se em média dois homens para cada mulher, ou seja, metade da população masculina sobrava. Os números do Iguape de 1835 confirmam: de 2.115 escravos africanos,

¹ Ver documento transcrito por Carlos Ott, *Formação étnica da cidade do Salvador*, Salvador, Manu Editora, 1955, vol. II, p. 103. Censo de 1835 do Iguape está no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBA), Salvador, *Polícia. Recenseamento*, maço 6175.

apenas 626 eram do sexo feminino; já entre os escravos nascidos no Brasil, havia 927 mulheres para 937 homens, uma composição sexualmente equilibrada.

Os senhores preferiam os homens por serem mais produtivos, embora encontremos mulheres fazendo serviço nos canaviais, mas raramente na fábrica do engenho. As africanas eram poucas também porque os traficantes da África as retinham para vendê-las lá mesmo, onde obtinham melhores preços que os homens. Sejam quais forem as razões, a escassez de mulheres prejudicava – embora não impedisse – a formação de famílias escravas e principalmente a reprodução da população cativa na velocidade exigida pela produção. Daí a necessidade de importar sempre, e cada vez mais, nas épocas de prosperidade como foi o início do século XIX, quando teve início a temporada de rebeliões escravas.²

Foram principalmente esses escravos africanos que se rebelaram. Os crioulos (negros nascidos no Brasil) em geral ficaram à margem da onda rebelde e freqüentemente se aliaram aos senhores. Por isso se tornaram às vezes vítimas dos africanos levantados. Por trás da divisão africano/crioulo estavam diferenças étnicas e experiências de vida coletiva não superadas pela semelhança da cor. A maioria dos crioulos nascera escrava, a maioria dos africanos, livre. Essa era uma diferença fundamental. Tinham também estilos diferentes de resistência à escravidão. Os crioulos eram mestres na barganha com os senhores e nas pequenas lutas do dia a dia, a fuga, o furto, a sabotagem da produção, o fingimento de doenças e assim por diante. Esses métodos de enfrentamento, os próprios africanos com o tempo aprenderam e, uma vez terminado o ciclo de revoltas, passaram a usá-los como alternativa às tentativas de incendiar o sistema.

Mas é para essas tentativas que me volto agora. Só mais um aviso: embora muitas revoltas escravas tenham acontecido nas vizinhanças de Salvador, e na própria capital, destas só falarei brevemente e sempre em função de esclarecer situações no próprio Recôncavo.

Com efeito, a primeira conspiração escrava, uma rebelião que não chegou a se materializar, teve lugar em Salvador, em 1807. Governava então a Bahia o conde da Ponte, que fez um governo duro contra os escravos. Logo que assumiu o poder, organizou uma cuidadosa repressão aos quilombos e candomblés na periferia de Salvador,

² As características econômicas, sociais e demográficas da escravidão no Recôncavo foram exemplarmente discutidas por Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985. (Há tradução com o título *Segredos internos*, pela Cia. das Letras, 1988). Ver também, sobre a demografia da escravidão baiana nesse período, João J. Reis, "População e rebelião: notas sobre a população escrava na Bahia na primeira metade do século XIX", *Revista das Ciências Humanas*, 1: 1 (1980), pp. 143-154.

batendo, matando e prendendo muitos negros. E já se achava vitorioso quando teve conhecimento de uma bem organizada conspiração em curso. Descobriu a tempo: os conspiradores foram desbaratados, presos, dois deles executados em praça pública.³

A vigilância, ainda preventiva, foi estendida a terras do Recôncavo. Em junho de 1807, por exemplo, seria preso em São Francisco do Conde o escravo angola Antonio, sob acusação de ser “presidente do terreiro dos candomblés”. Ele foi considerado perigoso porque, apesar de jovem, já fazia muito sucesso entre os escravos da região,

*exigindo que lhe tomassem a bênção, e lhe prestassem obediência, ainda os mais velhos, que concorriam em número maior de alguns engenhos vizinhos, nos dias vésperas de santo, e domingos, e além disso que ele se intitula adivinhador, e curador.*⁴

O pai-de-santo de Angola foi um tipo de vítima comum nos tempos do conde da Ponte, que achava os senhores muito liberais por permitirem que gente como ele existisse. Gente que, na cabeça do conde, ameaçava a disciplina e a própria ordem escravista.

As medidas repressivas de 1807 tiveram sucesso temporário.

Dois anos depois, uma rebelião aconteceria no Recôncavo, mais precisamente nas imediações da vila de Nazaré das Farinhas, área de produção de alimento. Os rebeldes eram principalmente escravos hauçás fugidos de Salvador e de engenhos do Recôncavo, que se aquilombaram nas margens do rio da Prata. A 5 de janeiro de 1809, cerca de trezentos deles atacaram Nazaré, aparentemente em busca de armas, munição e comida. O ataque foi mal sucedido. Os rebeldes foram rechaçados para o mato, deixando para trás mortos e feridos. Dois dias depois, tropas enviadas de Salvador e milícias locais deram caça aos insurgentes e os derrotaram numa sangrenta batalha. Muitos se renderam para escapar vivos, outros conseguiram fugir. Não se sabe o destino de 83 homens e 12 mulheres capturados. Os fugitivos ficaram vagando pelo Recôncavo, dispersos em pequenos grupos de quatro ou cinco pessoas. Uma autoridade de Feira de Santana informou ter passado os primeiros dias de março atrás de rebeldes

³ Ofício do conde da Ponte para o visconde de Anadia, Bahia, 7 de abril de 1807, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 37 (1918), pp. 450-451; ofício do conde da Ponte para o visconde de Anadia, Bahia, 16 de junho de 1807, *ibidem*, p. 461.

⁴ APEBA, *Capitães-mores. Santo Amaro, 1807-1822*, maço 417-1. Agradeço a Judith Allen por me haver indicado esta fonte. Parece que este documento fica sendo o mais remoto em que o termo candomblé é registrado. Isso tem conseqüências etno-históricas que não cabe discutir aqui. Até agora eu seguia Pierre Verger, *Notícias da Bahia - 1850*, Salvador, Corrupio, 1981, p. 227, que indicava ser de 1826 a referência documental mais antiga do termo. Ver João J. Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Cia. das Letras, 1989, pp. 41 e 133, nota 14.

recentemente chegados às redondezas e que viviam “matando, roubando e incendiando os lugares por onde passavam”. Alguns dos insurgentes de Nazaré podem ter chegado a Sergipe, onde seriam acusados de insuflar um levante.

Naturalmente, o controle da população escrava aumentou após o ataque a Nazaré. O conde da Ponte adotou uma série de medidas para fazer frente ao que considerava excessiva liberalidade dos senhores com seus escravos. Providências típicas nesse sentido foram adotadas por um juiz de Maragogipe. A 31 de janeiro, o juiz de direito Joaquim Inácio da Costa ordenou que os escravos vivendo longe dos senhores no ganho retornassem a suas casas em 24 horas, sob pena de serem presos e açoitados. Os donos de casas e hospedarias que alugassem quartos a escravos seriam multados em 6 mil réis por cada inquilino ilegal. Foi estabelecido um toque de recolher para escravos circulando nas ruas sem passes assinados pelos senhores. Os batuques e danças, feitos de dia ou de noite, foram terminantemente proibidos. Finalmente, o juiz pediu autorização para que seus agentes atirassem para matar contra qualquer escravo suspeito que resistisse à ordem de prisão. Eram medidas típicas do tempo do conde da Ponte, mas seu governo estava chegando ao fim.⁵

Com a morte do conde da Ponte em 1809, assumiu o governo o conde dos Arcos, que governou a Bahia entre 1810 e 1818. Sua administração foi marcada pela prosperidade econômica e a realização de importantes obras, como o passeio público, o teatro São João, a Casa do Comércio e a biblioteca pública. Arcos era um exemplo de governante esclarecido e esse traço refletiu em sua política escravocrata. Ao contrário de seu antecessor, acreditava que os senhores baianos eram severos e mesquinhos: puniam seus escravos com desnecessário rigor, faziam-nos trabalhar em excesso, alimentavam-nos mal e cerceavam seus momentos de lazer. Para o novo conde, isso explicava a inquietação escrava na região.

A rigor, o conde estava certo, mas é importante salientar que os escravos furavam com freqüência o bloqueio da intolerância senhorial. Vimos há pouco que o pai-de-santo Antonio era freqüentado por escravos de vários engenhos, o que mostra uma certa mobilidade,

⁵ Sobre os dois últimos parágrafos: Howard Prince, “Slave Rebellion in Bahia, 1807-1835”, tese de Ph.D., Universidade de Columbia, 1972, pp. 102-103; Joaquim Inácio da Costa para o conde da Ponte, Maragogipe, 31 de janeiro de 1809, APEBA, *Cartas ao Governo*, vol. 216; conde da Ponte para o Governo, Bahia, 12 de janeiro de 1809, APEBA, *Cartas do Governo a Sua Magestade*, vol. 145, fls. 179-183; superintendente geral de Feira de Santana para o Senado da Câmara de Salvador, Feira de Santana, 11 de março de 1809, APEBA, *Cartas do Senado*, maço 127; Luiz Roberto de Barros Mott, “Branços, pardos, pretos e índios em Sergipe, 1825-1830”, *Anais de História*, 6 (1974), p. 175.

ou seja, mostra que não viviam em regime de campo de concentração. Eles não só circulavam entre os engenhos, mas visitavam vilas e povoações, quer a trabalho ou em busca de lazer. Ainda no tempo do conde da Ponte, em janeiro de 1809, o capitão-mor Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque, filho de família da nata da elite, noticiava ter havido em Santo Amaro “um ajuntamento de pretos descidos dos engenhos para dentro da Vila, onde fizeram os seus bailes”. Mas se festas negras eram vistas com maus olhos por gente como o capitão-mor, Arcos as via de bom grado.

Mas este conde não era um desleixado em questões de segurança. Ele tinha uma formação militar profissional. Foi inclusive responsável pela reestruturação e aumento das tropas na Bahia, mas tinha em mente a defesa do império português contra inimigos externos e rebeldes nativistas. Claro que, como responsável máximo pela lei e a ordem, cabia-lhe também controlar a rebeldia negra, mas a arma que escolheu contra os negros não seria a repressão, mas a dissuasão. Ele acreditava que se deveria permitir aos africanos a prática de suas religiões, música e danças tradicionais, pois a livre expressão das tradições africanas, segundo ele, aprofundaria suas diferenças étnicas. Uni-los, mesmo submetendo-os à civilização branca pelo cristianismo, seria perigoso. Preferia apostar na velha tática de “dividir para dominar”. Além disso, escreveu ele, que os deixassem se “divertirem para esquecer durante algumas horas a sua triste condição”. Arcos parecia acreditar que a escravidão era um mal necessário, mas um mal que podia ser aliviado, podia ser tornado suportável para suas vítimas.⁶

Mas os escravos não pensavam o mesmo. Durante o governo de Arcos, pelo menos três revoltas importantes ocorreram na Bahia. No dia 28 de fevereiro de 1814, uma força estimada em 250 escravos atacou armações pesqueiras em Itapoan, onde foram bem recebidos pelos escravos pescadores que ali trabalhavam. Eles incendiaram barracões e redes de pesca, e mataram muita gente (as fontes oscilam entre cinquenta e cem pessoas). Mataram inclusive um feitor e escravos que se recusaram a apoiá-los. Os rebeldes gritavam por liberdade, davam vivas aos negros e a seu “rei”, e pediam morte para brancos e mulatos. Assim dispostos, marcharam em direção ao Recôncavo,

⁶ Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da Bahia*, Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1933, III, pp. 235-236, nota 34; Pierre Verger, *Flux et reflux de la traile des Negres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos*, Paris, Mouton, 1968, pp. 330-331. Sobre a administração progressista de Arcos na Bahia, F. W. O. Morton, “The Governorship of the Count of Arcos in Bahia, 1810-1818: Enlightened Despotism in an Age of Revolution”, comunicação ao congresso “Late Colonial Brazil”, Universidade de Toronto, 1986. Sobre os bailes negros em Santo Amaro, APEBA, *Capitães-mores. Santo Amaro, 1807-1822*, maço 4171.

pondo fogo em muitas casas e canaviais. Mas nunca alcançaram o coração da zona canvieira. Nas margens do rio Joanes, perto de Santo Amaro de Ipitanga, foram derrotados por tropas de cavalaria rapidamente enviadas pelo governo.

Quatro escravos foram mais tarde sentenciados à pena de morte, muitos condenados a açoites públicos, e 23 homens, provavelmente libertos, foram deportados para o porto português de Benguela, em Angola. Além desses, mais de duas dezenas morreram nas prisões por maus-tratos. Arcos sabia ser duro quando achava necessário.

O inquérito revelou muitas pistas para entender a organização deste levante, que tinha ramificações no Recôncavo. Ali se menciona que os nagôs e outros grupos étnicos se uniram, aparentemente sob a direção de hauçás islamizados. O líder seria um certo João, chamado no inquérito de “Malomi ou sacerdote”. A palavra *malomi* vem de *malam*, termo que em língua hauçá realmente designa o sacerdote muçulmano. Esta a primeira evidência indiscutível da presença e mesmo do papel central dos muçulmanos numa rebelião. Mas lembramos também que esse líder fora chamado de rei pelos rebeldes.

O braço direito de João “Malomi”, o rei negro, parece ter sido um escravo chamado Francisco Cidade. Ele cuidava de recrutar e dirigir a organização rebelde no Recôncavo e nas ilhas da baía de Todos os Santos. Em uma de suas viagens a Itaparica, Francisco teria conferido a um certo David o título de “Duque da Ilha”. Claro, todo rei precisa de corte. Tal como aquele duque David de Itaparica, outros foram provavelmente nomeados dignitários dessa corte clandestina, líderes locais da rebelião vindoura.⁷

Ainda sobre a questão da liderança, causa surpresa que Francisco Cidade tenha sido citado nos registros policiais como “presidente das danças de sua nação, seu protetor e agente”, uma descrição que o assemelha mais a um pai-de-santo de candomblé do que a um chefe muçulmano. Uma outra possibilidade que não deve ser descartada é que Francisco fosse responsável pela organização de dançarinos e músicos africanos que participavam das festas anuais de irmandades católicas negras, festas em que o sagrado e o profano se misturavam criativamente e em que se entronizavam reis e rainhas negros, os quais, cercados de seus nobres – e aí entrariam os duques – presidiam

⁷ Sobre a rebelião de 1814, Ou, *op. cit.*, II, pp. 103-108; “Cópia do acórdão proferido contra os confederados homens pretos naturais da Costa da Mina de nação Aussá”, Biblioteca Nacional (BNRJ), II, 33, 21, 72; Décio Freitas, *Insurreições escravas*, Porto Alegre, Editora Movimento, 1976, pp. 40-41; Prince, *op. cit.*, cap. 5; e Abelardo Duarte, *Negros muçulmanos nas Alagoas (os malês)*, Maceió, Edições Caeté, 1958, pp. 58-59 sobre repercussões em Alagoas.

essas celebrações de inversão simbólica do mundo. Neste caso teria havido uma interessante aliança entre o Islã e o afro-catolicismo em 1814.

Se há dúvida sobre se escravos de diferentes afiliações religiosas se uniram, não há nenhuma dúvida de que os senhores de escravos cerraram fileiras contra a política do conde dos Arcos. Eles denunciaram em carta ao rei que os rebeldes haviam conseguido a união de diversos grupos étnicos, o que desacreditava a política do governador de dividi-los e apaziguá-los através da permissão dos batuques africanos. Lembraram também que os levantes ficavam cada dia mais violentos, indicando como prova as mais de 150 casas incendiadas e as mais de cinquenta pessoas que teriam perdido a vida nas mãos dos insurgentes. Argumentaram que os escravos não podiam ser tratados com “mimos”, pois, ensinavam, “o temor e rigor do castigo é o único meio de os fazer bem proceder”.⁸

Ainda em 1814, os hauçás atacaram novamente, desta feita no Iguape, onde se concentravam os grandes engenhos da Bahia. No dia 23 de março o juiz de fora de Maragogipe recebeu uma curta e alarmante correspondência do major João Francisco Chobi, chefe do destacamento de Maragogipe: “Participo a V.Sa. que se acha todo o Iguape incendiado e atacado pelos negros, e portanto passo as ordens necessárias aos meus soldados a fim de acautelar as conseqüências que se podem esperar”. O levante teria iniciado entre quatro e cinco horas da tarde, ainda, portanto, em meio à jornada de trabalho nos canaviais. Março era mês de trabalho intenso, época de safra e sementeira simultâneas. Não fora um levante desesperado, havia um “projeto”, segundo o juiz: os escravos se reuniram no engenho da Ponta, um dos maiores da região, para em seguida tomarem de assalto a vila de Maragogipe, na outra margem do Paraguaçu. Todas as estradas que levavam à vila foram ocupadas por tropas. Três libertos hauçás que se comunicavam sistematicamente com os escravos do engenho da Ponta foram presos. Infelizmente, não tenho mais informações sobre este levante. Parece que, vencida a revolta, muitos escravos se aquilombaram, como acontecera em revoltas anteriores.⁹

O conde dos Arcos, como de outras vezes, fez pouco caso desse episódio. Ele continuava a acusar os senhores do Recôncavo de

⁸ Ott, *op. cit.*, p. 106.

⁹ Juiz de fora Antonio Augusto da Silva para o conde dos Arcos, Maragogipe, 20 de março de 1814, BNRJ, 33, 24, 22. Sobre o ciclo agrícola nos engenhos. Schwartz, *op. cit.*, cap. 5. Schwartz também tem informações sobre o engenho da Ponta ao longo do livro, e sobre este levante à p. 483.

exagerarem as coisas “por um medo talvez fundado no remorso dos senhores, que ofendem e maltratam diariamente seus escravos”.¹⁰ Assim pensando, o governador entrava em rota de colisão com os proprietários, um conflito aprofundado após o último levante importante do seu governo.

A 12 de fevereiro de 1816, em seguida à celebração de uma festa religiosa, rebeldes de Santo Amaro e São Francisco do Conde queimaram diversos engenhos, entre eles o Cassarangongo e o Quibaca, atacaram casas e pessoas em Santo Amaro e mataram vários brancos e escravos que lhes recusaram apoio. O levante, que parecia ter sido um prolongamento espontâneo da festa, durou quatro dias, aterrorizando a zona açucareira. Foi finalizado por milícias e escravos leais sob o comando do coronel Jerônimo Fiúza Barreto, proprietário do engenho Quibaca. Este feito de Barreto valeu-lhe mais tarde o título de “Salvador do Recôncavo”. Pelo menos trinta escravos foram enviados a Salvador presos.¹¹

É difícil conceber que um movimento dessas proporções tivesse sido inteiramente espontâneo. Além de cachaça, durante a festa deve ter havido muita conversa sobre o levante. Festa e revolta, aliás, às vezes convergiam.

Foi um levante seriíssimo, talvez o mais perigoso ocorrido até então no Recôncavo. Durante vários dias depois da derrota dos rebeldes, os grandes e pequenos senhores da região ficaram em pânico. O clima nervoso favoreceu a formação de grupos que, em várias ocasiões, espancaram e assassinaram escravos e pretos libertos pacíficos. Além de tomarem medidas violentas e ilegais, destoantes das diretrizes de Arcos, os proprietários do Recôncavo procuraram se organizar em busca de soluções políticas mais duradouras.

Para tratar do assunto, eles realizaram uma concorrida reunião em São Francisco do Conde, a 27 de fevereiro de 1816. Durante essa assembléia de notáveis, algumas medidas drásticas foram sugeridas, como a deportação de qualquer negro livre ou liberto meramente suspeito e o enforcamento sumário de qualquer escravo rebelde. Porém, medidas como essas não seriam apoiadas pela maioria porque, além de inaceitáveis para o governador, eram econômica-

¹⁰ APEBA, *Cartas do Governo a diversas autoridades*, vol. 168, fls 360-361, 370. Mas o conde teve muito cuidado em combater os quilombos, conforme várias cartas suas para autoridades locais.

¹¹ Prince, *op. cit.*, cap. 5; Wanderley Pinho, *História de um engenho no Recôncavo*, 2ª ed., São Paulo, Nacional, 1982, pp. 194-195; ouvidor do Crime Henrique Vilhena para o conde dos Arcos, Salvador, 6 de abril de 1816, APEBA, *Cartas ao Governo*, maço 245.

mente prejudiciais aos próprios senhores. Os libertos constituíam uma mão-de-obra assalariada importante para o funcionamento dos engenhos e os escravos afinal representavam um investimento. Decidiram então encaminhar uma petição ao conde na qual propunham soluções menos severas. Uma delas estabelecia que aos negros – escravos, libertos ou livres – não fosse permitido sentarem-se na presença de brancos, uma regra que visava impor àqueles uma atitude sempre subalterna nas relações cotidianas. Outra decisão forçava o senhor a punir com 150 chibatadas qualquer escravo encontrado na rua sem autorização escrita. Para maior efeito didático, os senhores acrescentariam um cruel ritual de humilhação: esse castigo seria executado diante da família do escravo, caso este tivesse uma. Além dessas medidas, os senhores de engenho sugeriram ao governo que promovesse a imediata imigração de famílias européias, cem delas inicialmente, a fim de diminuir o desequilíbrio numérico em favor dos negros no Recôncavo.

Na reunião de 27 de fevereiro foi sugerido que só a remoção de Arcos do poder levaria a paz às senzalas, ou melhor, às casas-grandes – e essa opinião foi aplaudida calorosamente pelos presentes. Mas os senhores do Recôncavo não estavam preparados para o que seria um golpe de Estado, apesar da liderança que encontraram na pessoa do comandante militar da Bahia, brigadeiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro marquês de Barbacena, ele próprio grande senhor de engenho e de escravos, e escravos rebeldes. O engenho da Ponta, ponto de reunião dos envolvidos na rebelião de março de 1814, era de sua propriedade, além do engenho Santana, no sul da Bahia, cujos escravos também se levantaram em pelo menos duas ocasiões.

Brant Pontes fez-se adversário tenaz de Arcos. E escreveu para a corte no Rio de Janeiro queixando-se de que já era tempo de o governador se convencer do erro de seus métodos de controle dos escravos, proibindo seus batuques. Disse mais o brigadeiro que o conde dos Arcos parecia incapaz de “escrever ou dizer uma sílaba contra os pretos”. E continuou: “Aqui são os negros os diletos filhos do Representante do Soberano. Não é pois de admirar o atrevimento dos pretos, nem o susto e confusão dos brancos”. Em julho, Brant Pontes foi pessoalmente ao Rio de Janeiro protestar em nome da classe senhorial baiana. Lá obteve do governo real uma ordem que colocaria em prática as medidas básicas aprovadas no encontro de São Francisco do Conde. Quando retornou à Bahia, Arcos o prendeu pela audácia, mas por poucos dias apenas. Logo os dois se reconciliariam para combater a revolução pernambucana

de 1817, que pretendia a independência do Brasil.¹²

Alguns anos depois, já sem Arcos no poder desde 1818, veio a independência do Brasil e da Bahia. Durante a Guerra da Independência aqui, pelo menos três revoltas tiveram lugar em território baiano. Em maio de 1822, antes do início da guerra mesma, os 280 escravos do engenho Boa Vista, na ilha de Itaparica, recusaram a nomeação de um novo feitor por seu proprietário, o poderoso comerciante José Inácio Acciavoli Brandão e Vasconcelos. Tendo este insistido na nomeação, quatro dias depois o feitor foi morto e os escravos se colocaram em pé de guerra. O comandante militar da Bahia, brigadeiro português Inácio Madeira de Melo, cuja autoridade estava sendo contestada pelos baianos, temendo enfraquecer sua posição em Salvador, recusou-se a mandar tropas para reprimir o movimento. Mas as milícias civis da ilha deram conta da tarefa: 32 rebeldes foram mortos, oitenta feridos, segundo um oficial da marinha francesa em missão na Bahia, que escreveu na ocasião: “eis a guerra dos escravos começada e seus resultados incalculáveis”.¹³

O próprio Madeira de Melo acusaria haver gente percorrendo o Recôncavo a divulgar entre os escravos “as idéias as mais luciferinas para se sublevarem”. Uma das “idéias luciferinas” seria a de que o rei havia abolido a escravidão, mas os senhores insistiam em mantê-la.¹⁴ Entretanto, o episódio de Itaparica não resultara de influências de fora da comunidade escrava, fora um incidente localizado, com motivações específicas e objetivo limitado.

Não parece ter sido este o caso de uma outra rebelião, em setembro, em São Mateus, sobre a qual infelizmente não sabemos muito. Naquela vila, segundo um relato policial, “pretos forros e cativos se levantaram contra brancos e pardos”. Aqui já se vislumbra o objetivo maior de guerra racial. Por preto entenda-se, naquela época, negro africano; o negro brasileiro era chamado crioulo. Como em muitas outras ocasiões, escravos e libertos africanos se aliaram contra os nascidos na terra. O movimento seria porém sufocado e dois africanos presos, um deles considerado rei pelos demais rebeldes.¹⁵

¹² As considerações sobre a polémica entre o conde e os senhores de engenho baseiam-se em documentos publicados por Eduardo de Caldas Britto, “Levante de pretos na Bahia”, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 10: 26 (1903), pp. 88-94. A posição do Rio de Janeiro pode ser lida na carta do marquês de Aguiar para o conde dos Arcos, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1816, BNRJ, 33, 24, 35. Ver também Pandiá Calógeras, *O marquês de Barbacena*, São Paulo, Nacional, 1936, pp. 19-20.

¹³ Katia M. de Queirós Mattoso, “Albert Roussin: testemunha das lutas pela independência da Bahia (1822)”, *Anais do APEBA*, 41 (1975), p. 128; *Cartas baianas, 1821-1824*, organizadas e anotadas por Antonio de Oliveira Pinto da França, São Paulo, Nacional/UERJ, 1980, p. 60.

¹⁴ Proclamação de Madeira de Melo em APEBA, *Sublevações*, maço 2860.

¹⁵ APEBA, *Insurreições*, maço 2845.

À medida em que cresciam as tensões entre brasileiros e portugueses, estes passaram a ser acusados por aqueles de insuflarem os escravos à revolta. Várias denúncias foram recebidas nesse sentido pelo governo provisório baiano instalado no Recôncavo, que em vista disso, em fins de novembro de 1822 tomaria severas medidas de controle na região. Em primeiro lugar ficaram proibidas as reuniões de escravos sob qualquer pretexto, inclusive as festas religiosas e mundanas ao som de atabaques. Segundo, os senhores de escravos foram intimados a proibir que estes guardassem em suas senzalas qualquer tipo de armas de fogo, armas brancas, ou instrumentos de trabalho cortantes, como foices, facões e facas. Terceiro, os senhores cuidariam que seus escravos não circulassem fora de suas propriedades sem permissão escrita, ou circulassem fora ou dentro de suas propriedades armados, mesmo levando a tal permissão. No primeiro caso, os escravos seriam presos e remetidos aos senhores para castigá-los, no segundo seriam levados às autoridades policiais, chicoteados 150 vezes e logo devolvidos. O governo só fez exceção de andarem sem bilhetes aos escravos condutores de carros e bestas de carga, e os que levassem víveres para venda nas feiras. Finalmente, dentro das vilas, seriam presos todos os escravos negros (os pardos ficavam assim excluídos) que andassem sem bilhete do senhor depois do toque de recolher das 9 da noite, punidos com cinquenta açoites ou, caso estivessem armados, com duzentos açoites.¹⁶

Os dirigentes baianos aparentemente sabiam o que estavam fazendo, pois a 19 do mês seguinte, já em plena guerra, um grupo de cerca de duas centenas de escravos atacou as forças brasileiras estacionadas em Mata Escura e Saboeiro, no distrito de Pirajá, imediações de Salvador. Os rebeldes teriam sido influenciados pelos portugueses que ocupavam a capital. Segundo Braz do Amaral, houve “um combate muito disputado”, em que os soldados brasileiros sofreram várias baixas antes de repelirem o ataque. Muitos escravos foram presos e o comandante francês das tropas brasileiras, general Pedro Labatut, ordenou a execução sumária de 52 deles e o açoitamento dos demais. Esta foi a mais brutal punição a escravos rebeldes baianos de que se tem notícia, e a lição de sangue não passou despercebida. Os escravos em geral entenderam não ser uma boa idéia rebelarem-se num momento em que seus adversários se encontravam tão bem armados e deveras agressivos.¹⁷

¹⁶ Conselho Interino de Governo para o capitão-mor das ordenanças de Valença, Cachoeira, 29 de novembro de 1822, APEBA, *Independência*, maço 322.

¹⁷ Braz do Amaral, *História da Independência na Bahia*, 2ª ed., Salvador, Progresso, 1957, pp. 284-285; F.W.O. Morton, “The Conservative Revolution of Independence” (tese de Ph.D., Universidade de Oxford, 1974, p. 280) dá a cifra exata de 52 escravos executados por Labatut.

Depois da guerra, a agitação nas senzalas tornou-se ainda maior do que no período anterior. Os escravos souberam aproveitar-se das incertezas políticas geradas pela incapacidade da elite dominante em impor legitimidade logo após a independência. As décadas de 1820 e 1830 foram agitadas por inúmeras revoltas separatistas, movimentos de rua, quarteladas, assassinatos políticos, não só na Bahia, mas em todo o Brasil. Nesse período, a economia também piorou, os preços subiram muito, aumentou a escassez de alimentos, ocorreram secas prolongadas no interior. Paralelamente, o preço do açúcar caiu no mercado internacional, mas a produção interna manteve-se em níveis do período anterior: ou seja, não se deu trégua ao trabalhador escravo.

Em 1824 houve um levante escravo num engenho de Ilhéus.¹⁸

Dois anos depois, em 25 de agosto de 1826, estourou uma rebelião nas imediações de Cachoeira, mas pouco sabemos sobre ela. Novamente aqui o líder declarou-se “rei dos negros” e sua companheira a “rainha”. O movimento seria imediatamente sufocado numa batalha em que a rainha resistiu até a morte e o rei só se entregou após vários ferimentos. Temendo repercussões indesejáveis na capital, as autoridades baianas censuraram as notícias acerca desta rebelião. Um cronista contemporâneo, ex-soldado, relatou em seu diário que vira o líder ser trazido para Salvador acorrentado e ainda usando uma coroa, enfeitada com fitas, e um manto verde decorado com galões dourados, supostamente símbolos de sua autoridade. Entre os objetos confiscados aos rebeldes, encontrou-se também uma bandeira vermelha.¹⁹

Nesse mesmo ano ocorreu a revolta do quilombo do Urubu, nos subúrbios de Salvador. O levante foi desfrutado por escravos fugidos que se reuniram inicialmente em Cajazeiras, distrito de Pirajá. Os quilombolas atacaram uma família de lavradores, posteriormente mataram alguns capitães-do-mato enviados para subjugar-los, mas terminaram sendo derrotados.

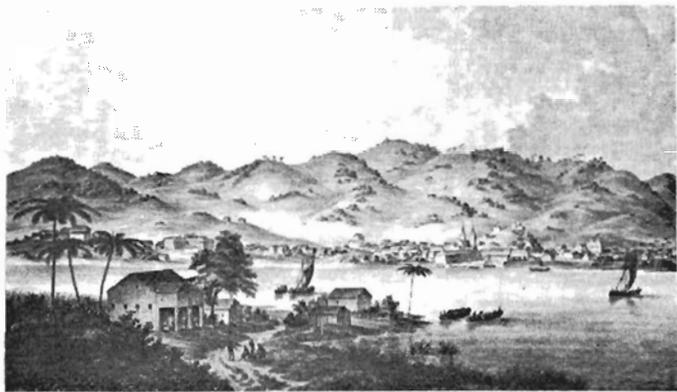
Após a revolta do quilombo do Urubu, o presidente da Bahia pediu em vão tropas para defender Salvador e o Recôncavo dos escravos, mas o governo imperial estava preocupado em fazer uma guerra para anexar o Uruguai. Não havia soldados suficientes para combater uruguaios no sul e escravos no norte.

E as rebeliões continuaram. Uma onda de pequenos levantes sacudiu a Bahia entre 1827 e 1831. Com exceção de um em 1830,

¹⁸ Reis e Silva, *op. cit.*, pp. 124-127.

¹⁹ Anônimo, “Crônica dos acontecimentos da Bahia, 1809-1828”, *Anais do APEBA*, vol. 2, p. 91.

todos ocorreram no campo. Em 1827, pelo menos três revoltas escravas tiveram lugar: uma em Cachoeira, a 22 de março, uma em São Francisco do Conde, em abril, outra em Abrantes. Esta última tem sido descrita como uma série de ataques relâmpago e roubos levados a cabo por quilombolas. Nada mais se sabe. A de São Francisco foi séria, envolvendo os escravos dos engenhos Jacu, Canabrava, Boa Sorte, Retiro, Caju, Paciência, Água Boa, Pimentel, Felipe e Pandalunga, dez engenhos ao todo. Foi repelida com rapidez, mas desconheço os detalhes, tanto da rebelião como da repressão.²⁰



Cachoeira vista de São Félix, ca. 1825.

(J.M. Rugendas, *Malerische Reise in Brasilien*, Paris, Engelmann, 1835).

Sobre a revolta de Cachoeira há notícias mais detalhadas, mas assim mesmo cheias de lacunas. Segundo correspondências do juiz de fora e da Câmara de Cachoeira para o presidente da Província, entre oito e nove horas da noite de 22 de março de 1827, sublevaram-se os escravos do engenho Vitória, localizado a apenas seis quilômetros da vila de Cachoeira, às margens do Paraguaçu, propriedade do riquíssimo comerciante e armador Pedro Rodrigues Bandeira. Fundado em 1812, em plena expansão da economia açucareira, o Vitória era um grande engenho, movido a água, possuindo uma ampla sede de dois pavimentos e centenas de escravos que se espremiavam em duas pequenas senzalas. Os rebeldes mataram o feitor e um seu irmão, o que talvez indique uma reação dos escravos à tirania do chicote. O levante parou aí, mas num primeiro momento correram a notícia de que os escravos de três outros engenhos vizinhos (Buraco, Moinho e Conceição) do mesmo Bandeira estariam combinados com os do Vitória para uma revolta conjunta. “O grande alarido que faziam”, escreveram os assustados vereadores de Cachoeira,

²⁰ Prince, *op. cit.*, pp. 139-140; tenente-coronel Anastácio F. de Menezes Dória para o governador das Armas, Bahia 20 de abril de 1827, APEBA, *Quartel General do Comando das Armas*, maço 3367.

“indicava ser uma sublevação geral nos quatro engenhos do dito proprietário, que são mui próximos.” Alarme falso. Quando os poucos homens de cavalaria e milícias lá chegaram, tudo estava calmo. O comandante da operação tranqüilizou-se: “Felizmente a sublevação foi somente para matar o feitor e seu irmão, e conseguido isto, recolheram-se às suas senzalas, de maneira que quando chegou a tropa, e fez-se o cerco, foram quase todos presos”.²¹

Um relato do cônsul francês na Bahia, Jacques Guinebaud, acrescenta informações preciosas a respeito deste levante. O engenho teria cerca de trezentos escravos – número talvez exagerado –, mas só quarenta haveriam participado do atentado contra o feitor. Este teria sido morto por suspeita de feitiçaria, inclusive por ter enfeitado de morte a mulher do senhor. A se confiar nesse relato, os escravos arranjaram uma criativa desculpa para o levante, uma desculpa que refletia a mentalidade mágica dos escravos.²²

Ao sustentarem que o malefício do feitor matara a senhora, os negros de Bandeira espertamente se colocavam do lado do senhor, vinculando a sua visão mágica de mundo à ideologia do paternalismo senhorial: não se levantavam contra o senhor e sim puniam um desleal subordinado deste. Os escravos defenderam a si próprios e ao senhor contra alguém que ameaçava tanto a Senzala como a Casa-grande. O relato do cônsul, entretanto, necessita de uma correção. O feitor feiticeiro não poderia ter contribuído para a morte da mulher de Bandeira porque este nunca se casara, morrendo solteiro em 1835. Talvez a vítima do feitiço tivesse sido a mulher de um outro branco morador no engenho, seu administrador, quem sabe, ou a irmã de Bandeira, dona Maria, que aparece como moradora do engenho Buraco num censo feito pouco tempo antes do levante.²³

Este mesmo censo indica que os escravos do Vitória tinham uma composição étnica peculiar, pois entre eles predominavam os crioulos. Em 1825 lá viviam quatro escravos pardos, 133 crioulos, 38 mulheres pardas, dez crioulas e 32 africanas. Não havia sequer um

²¹ Câmara de Cachoeira para o presidente da Bahia, Cachoeira, 24 de março de 1827, APEBA, *Câmara de Cachoeira*, maço 1269; juiz de fora Antonio Vaz Carvalho para o presidente da Província, 28 de março de 1827, APEBA, *Juízes. Cachoeira, 1823-1831*, maço 2270. Um estudo arquitetônico do que restou do engenho Vitória, com algumas achegas históricas sobre a obra e seus donos, foi realizado pelo arquiteto Isaías de Carvalho Santos Neto, “Oito histórias de um engenho da Bahia”, tese de concurso a professor assistente, UFBA, 1974.

²² Consul Guinebaud para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Bahia, 9 de maio de 1827, Archives du Ministère des Relations Exterieures (AMRE), Paris, *Correspondance Politique. Brésil*, vol. 5, fl. 170v.

²³ O testamento de Pedro Rodrigues Bandeira, onde, à beira da morte, ele se declarou solteiro, lista seus engenhos de Cachoeira: APEBA, *Inventários e testamentos*, maço 01/100/146/03.

homem africano, o que indica atitude deliberada de afastamento dos escravos de além-mar. Já no vizinho engenho Buraco, Bandeira mantinha 96 africanos entre 120 escravos do sexo masculino. Das 79 escravas, quarenta eram da África. Supondo que o perfil crioulo do Vitória continuasse dois anos depois, poder-se-ia explicar como “sabedoria crioula” a história da feitiçaria, uma vez que invenções dessa ordem pressupunham uma certa familiaridade com a psicologia senhorial. Explicar-se-ia também o menor radicalismo das ações, vez que os escravos se ativeram a punir o feitor, retornando pacificamente a suas senzalas. Este não era o estilo africano de revolta, em geral mais incendiário.

Teria Bandeira feito de seu Vitória um engenho crioulo exatamente para evitar revoltas, ou pelo menos fugas através do Paraguaçu? Não tenho resposta, mas o certo é que posteriormente desistiu da experiência. No censo de 1835 do Iguape, os então 241 escravos do engenho estavam assim distribuídos: 99 africanos, 24 crioulos, 64 africanas, oito crioulas, além de 45 crianças menores de dez anos, de ambos os sexos, nascidas na Bahia, principalmente de mães nascidas na África. Entre homens e mulheres adultos, portanto a força de trabalho do engenho, nada menos que 83 por cento eram africanos.²⁴

Apesar de o movimento no Vitória ter sido localizado, cabia a punição para evitar mal maior. Foram presos cerca de trinta, e chicoteados publicamente em Cachoeira “para exemplo dos outros escravos, que há tempos dão algumas desconfianças de revoltas”, explicou o juiz de fora. O rápido fim da agitação não evitou que as autoridades policiais e políticas de Cachoeira lamentassem a fraca defesa da vila, a mais populosa do Recôncavo, cujos dois regimentos de milícias civis e um de cavalaria nessa emergência só puderam contar com menos de cinqüenta armas de fogo. Por isso as lojas de ferragens e moradores tiveram de emprestar armas para a repressão. Na exagerada avaliação dos edis da vila, Cachoeira, com cerca de seis mil habitantes, poderia ter sido facilmente tomada por um grupo decidido de apenas cem escravos.²⁵

²⁴ Antonio José da Palma, “Relação nominal das pessoas existentes nos engenhos Ponta, Buraco e Vitória [c. 1825]”, mss. no Arquivo Municipal de Cachoeira (AMC), não catalogado. Agradeço a Luis Cláudio Dias do Nascimento esta referência. Censo de 1835: APEBA, *Polícia. Recenseamento*, maço 6175.

²⁵ Ver documentos arrolados na nota 21. A cifra de seis mil para a população de Cachoeira está numa correspondência de janeiro de 1826 do presidente da Província para a Corte: Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, *Ofícios dos presidentes de província para o ministro do Império*, IJJ9, 332, vol. I, fl. 7. Nesse mesmo documento consta que a comarca de Cachoeira como um todo (vila e campo) teria sessenta mil habitantes.

Mas retornemos às revoltas. No ano seguinte ao episódio do Vitória, 1828, elas se repetiram em Cachoeira nos dias 17 e 21 de abril, mas praticamente nada se sabe a respeito.

Em setembro do mesmo ano, explodiu uma revolta no coração da zona canavieira, o Iguape. Um grupo de escravos do engenho Novo, propriedade do poderoso coronel Rodrigo Antonio Falcão, após incendiar todas as senzalas, seguiram para a casa-grande, que foi arrombada e saqueada, seus móveis e outros objetos destruídos. Contavam mais de quarenta e procuravam a senhora, d. Maria Sabina da França, que pôde escapar a tempo graças à ajuda de um escravo doméstico. Duas crianças foram mortas nesse ataque. Os rebeldes igualmente saquearam a casa do padre Francisco de Borja Santos, capelão e lavrador de cana do engenho, que em 1835 possuía ele próprio 29 escravos. O padre talvez fosse daqueles que, à Antonio Vieira, costumavam pregar aos escravos que sofressem em paz a escravidão e seriam devidamente recompensados depois da morte. Fizeram a guerra também os cativos de outros engenhos vizinhos: Acutinga, Campinas e da Cruz. Nestes, foram mortos alguns crioulos que se recusaram a apoiar o levante. Em 1835, havia no Acutinga 128 escravos africanos e 47 crioulos, destes 25 crianças menores de dez anos; no Campinas, pequeno engenho administrado pela viúva d. Maria Ana Rita, viviam trinta africanos e 39 crioulos, destes 19 crianças; o engenho da Cruz, de Tomé Pereira de Araújo, tinha 89 africanos e 75 crioulos, dentre estes 11 crianças. No engenho Novo, onde a revolta começou, havia 108 africanos e 91 crioulos, 41 destes crianças. Em todos eles, ainda em 1835, predominavam africanos entre os escravos adultos.

Em 1828, só após muitos estragos, os moradores livres da redondeza conseguiram organizar-se para o revide, e atacaram duramente os rebeldes, ferindo uns, matando outros, prendendo e colocando os demais em fuga. Mais de vinte perderam a vida. Os que sobraram ainda reuniram-se num canal do engenho Novo, aparentemente para tentar alguma reação, mas logo chegaram as tropas enviadas de Cachoeira, que os puseram a correr mata a dentro, prendendo apenas quatro. Para evitar novos levantes, os soldados se distribuíram pelos engenhos da região.

Infelizmente não sabemos a razão específica do levante. As informações que temos levam a crer que os escravos do engenho Novo desejavam vingar-se de maus-tratos da senhora, sendo muito comum, aliás, os engenhos dirigidos por mulheres e nem por isso dirigidos com menos rigor. O incêndio das senzalas em que moravam sugere que também protestavam contra más condições de vida e que não

pretendiam retornar à vida de escravos. O envolvimento de escravos de vários engenhos evidencia que, quaisquer que fossem as razões, elas não se restringiam aos escravos do engenho Novo. Todas as evidências apontam tratar-se de um movimento planejado para ser amplo e definitivo, que não deu certo por não ganhar adesões suficientes para garantir, se não a vitória, um abalo maior da escravidão no Iguape. Na origem do insucesso estava, novamente, o velho problema da desunião entre crioulos – que embora minoria eram numerosos nos engenhos conflagrados – e africanos. Por outro lado, a dificuldade em identificar estes últimos por seus nomes indica que haviam participado principalmente escravos recém-chegados da África.²⁶

E mais uma vez as autoridades pediram tropas para o Recôncavo. E de novo o governo só enviaria munição. Não podia fazer mais. Faltavam homens mesmo para a defesa de Salvador, uma vez que os recrutas seguiam para o Uruguai. As autoridades provinciais se restringiram a instruir as autoridades locais a apertarem o cerco sobre os escravos. Em meados de abril, por exemplo, o presidente interino d. Nuno Eugênio recomendaria ao comandante militar da Bahia que ordenasse ao comando das tropas sediadas em Santo Amaro a intensificação do patrulhamento das estradas por homens da cavalaria. O objetivo era impedir que escravos de diferentes engenhos se comunicassem entre si, prendendo a todos que transitassem fora das propriedades de seus senhores sem bilhetes devidamente assinados.²⁷ Esquemas de controle como este só podiam dar resultados parciais. Não impediriam uma nova revolta em Santo Amaro.

Desta vez, após dias de rumores, às 11 horas da noite de 30 de novembro, os escravos do engenho do Tanque mataram o feitor-mor, além de vários escravos crioulos, e partiram, aqui também, para um ataque à casa-grande. A mulher do feitor foi espancada pelos rebeldes, mas conseguiu fugir junto com a dona do engenho, ajudadas por escravos fiéis que as escoltaram até o vizinho engenho Santa Ana. Os insurrectos incendiaram parte das casas do engenho, o fogo não se alastrando porque chovia muito naquela noite. O juiz de fora de Santo Amaro convocou tropas que seguiram para o local rapidamente, onde foram recebidas com luta, que terminou com a morte de

²⁶ A documentação a respeito desta revolta se encontra distribuída por várias correspondências em APEBA, *Juízes, Iguape*, maço 2394, e APEBA, *Juízes, Cachoeira*, maço 2270. Sobre o grande número de mulheres à frente de engenhos e outros empreendimentos açucareiros (roças, fazendas, alambiques etc.) no Recôncavo, ver Arlene J. Díaz e Jeff Stewart, "Occupational Class and Female-Headed Households in Santiago Maior do Iguape, Brazil, 1835" (Universidade de Minnesota, mimeo, 1991), baseado no censo de 1835.

²⁷ D. Nuno Eugênio de Assis e Scilbiz para o comandante das Armas, Bahia, 18 de abril de 1827, cópia desta carta em AMRE, *Memoires et documents. Brésil*, vol. 5, fl. 159-159v.

alguns rebeldes e o ferimento de um soldado por uma bala perdida na escuridão. Também este juiz terminou seu relatório queixando-se da falta de homens, armas e munição “para poder defender as propriedades dos engenhos, e a mesma vila ameaçada de uma invasão de bárbaros desesperados na escravidão, e que tem amigos e parentes dentro das nossas próprias casas”. Este último comentário faz ver que os senhores temiam uma aliança entre escravos do eito e escravos domésticos.²⁸

Após esse levante, o presidente da Província, visconde de Camamu, homem de formação militar, sob pressão das autoridades e senhores do Recôncavo, concebeu um plano de policiamento da região. Datado de 10 de dezembro, este projeto, longamente pensado e discutido, visava dar combate tanto aos escravos rebeldes como aos assaltantes de estradas que infestavam a área:

(...) o plano, além de apresentar acima de setecentos homens efetivamente em armas em diversos destacamentos mui aproximados uns aos outros, que se guardam a si, suas famílias e propriedades, oferece igualmente a vantagem de exercer uma boa polícia, expurgando as estradas de ladrões e malfeitoses.

Estas medidas seriam endossadas pelo ministério da Justiça em 20 de março de 1829.²⁹

Os senhores de engenho do Recôncavo aplaudiram a iniciativa do presidente, pediram que o plano fosse logo colocado em prática e se ofereceram para contribuir com as despesas de sua execução. Entre outros poderosos do Recôncavo, assinaram um documento nesse sentido os barões de Itapororocas, Jaguaripe, Rio de Contas e Maragogipe; e mais o coronel Rodrigo Antonio Falcão, Antonio Calmon Du Pin e Almeida, Francisco Vicente Viana e Pedro Rodrigues Bandeira. Alguns destes, como vimos, tiveram a paz e a produção de seus engenhos prejudicadas por levantes escravos.³⁰

Apesar do aumento da presença militar, os escravos continuavam a se rebelar. Os próprios barões do açúcar reconheciam que não podiam eliminar completamente a agitação africana. O presidente também concordava que o reforço de tropas não acabaria com as revoltas. Seu objetivo era mantê-las dentro de limites suportáveis, era evitar a temida revolução escrava do tipo haitiano.³¹

²⁸ Manoel M. Branco para o visconde de Camamu, Santo Amaro, 1º de dezembro de 1828, APEBA, *Juízes, Cachoëra*, maço 2580.

²⁹ Visconde de Camamu para o ministro do Império, Bahia, 17 de dezembro de 1828, APEBA, *Correspondência*, livro 678, fls 32v-33. O plano está registrado na íntegra em APEBA, *Correspondência expedida*, vol. 6, fl. 164.

³⁰ Accioli, *op. cit.*, IV, p. 3-16.

³¹ Visconde de Camamu para o ministro do Império, Bahia, 17 de dezembro de 1828.

O Haiti seria evitado na Bahia, mas o temor de uma grande insurreição continuaria alimentando-se das rebeliões parciais, verdadeiras e imaginárias, que agitavam o cotidiano da Província. No primeiro dia de 1829, por exemplo, um juiz de paz de Itaparica prendeu um certo Silvestre por andar espalhando falsas notícias de levante escravo. Meses depois, precisamente a 16 de outubro, quem de Itaparica olhasse para o outro lado da baía de Todos os Santos veria um grande incêndio. Era uma revolta de verdade dos escravos de três engenhos do coronel de milícias José Maria de Pina e Melo, em Cotegipe, a seis léguas de Salvador. Os rebeldes mataram três pessoas e mais uma vez o fogo consumiu um dos engenhos, até que as milícias locais e civis armados pudessem controlar a situação. Antes do final de 1829, provavelmente em novembro, há notícias de um outro levante no Interior, não sabemos exatamente onde.³²

Depois de um levante em Salvador, em abril de 1830, o governo endureceu a vigilância na capital e no Recôncavo. O recém-empossado presidente, Luis Paulo de Araújo Bastos, deu início a uma série de medidas para enfrentar o que considerava “o mais sério negócio da Província”. Ele publicou um edital estabelecendo o toque de recolher rigorosamente às nove horas da noite, além de outras medidas policiais em Salvador.³³

Fora da capital, o esquema armado pelo visconde de Camamu parecia funcionar, apesar de alguns atropelos. Em setembro de 1830, por exemplo, o juiz de paz de Pirajá queixou-se que, dos seis homens postados para vigiar uma das saídas de Salvador para o Recôncavo, quatro só andavam passeando na cidade. Já no Recôncavo, os soldados eram frequentemente deslocados para atividades não ligadas à repressão escrava, ou se permitiam ficar nas vilas deixando desprotegidos os engenhos. Só com grande esforço, o juiz de paz da freguesia de São Tiago do Iguape conseguiria, no início de 1831, colocar vinte homens no engenho Desterro, como previa o plano de ação. Esses homens, porém, tudo que tinham de armas eram cipós, virando objeto de chicana dos moradores e escravos. Embora as revoltas parassem, a indisciplina e a ousadia permaneciam. Por exemplo, um escravo do engenho da Ponta suspenderia à força

³² Juiz de paz Antonio Francisco de Barros para o presidente da Província, Itaparica, 1º de janeiro de 1829, APEBA, *Juízes de Paz*, maço 2419; visconde de Camamu para o ministro do Império, Bahia, 5 de novembro de 1829 e 7 de dezembro de 1829, APEBA, *Correspondência*, vol. 678, fls. 14 e 175.

³³ Luis Paulo de A. Bastos para o ministro da Justiça, 22 de abril de 1830, AN, IJJ1, 922; protestos dos senhores tiveram despacho em 15 de abril de 1830, APEBA, *Escravos (assuntos)*, maço 2883.

a punição no tronco de um escravo do engenho Novo Santa Catarina, levando-o consigo sob os olhos de um destacamento paralisado por temer a reação dos demais negros presentes.³⁴

Um dos poucos regimentos que funcionou regularmente foi aquele sob o comando do coronel Rodrigo Falcão, que sempre recusava deslocá-lo para qualquer atividade que não fosse a repressão escrava, mantendo-o em seu engenho alimentado, armado e disciplinado. Numa ocasião, por exemplo, em outubro de 1831, não permitiu que fosse mandado contra o mulato Felizardo Pereira, um dos líderes de um grupo misto de malfeitores e milenaristas que andava assaltando na região. Felizardo alegava “ser Embaixador e que a exemplo de Carlos Magno a sua pessoa era sagrada”, conforme o relato de um juiz de paz. Se dependesse do coronel Falcão o milênio chegaria ao Recôncavo, mas não uma revolução escrava.³⁵

E realmente os escravos do Recôncavo se aquietaram. O medo deles é que permaneceu aceso. A Província vivia ao sabor dos boatos de levantes, que recrudesciam durante as festas de fim de ano. Em fins de novembro de 1830, em Itaparica, correu a notícia de que os escravos de vários engenhos planejavam um “rompimento”. O administrador de um dos engenhos prendeu o escravo que julgava ser um dos cabeças, mas um outro escravo questionado reagiu com uma foice ferindo-o antes de ser dominado. O juiz de paz pediu ao presidente que enviasse um destacamento para defender os engenhos da ilha, vez que só contava com poucos milicianos dispersos em suas roças e povoações. Com a chegada de dezembro, os boatos atravessaram o mar, as tropas foram colocadas em alerta em Salvador e seus habitantes passaram o Natal sob tensão. Mas nada aconteceu.³⁶

A próxima rebelião aconteceria mesmo em Salvador, em 1835, liderada por africanos muçulmanos ou malês. Estes pensaram em levar o movimento ao Recôncavo, onde tinham contatos, principalmente em Santo Amaro. Daqui fugiram alguns escravos para lutar nas ruas da capital. No final do levante, já derrotados, os rebeldes

³⁴ Manoel Angelo Muniz Barreto para o presidente da Província, Pirajá, 7 de setembro de 1830 e 30 de julho de 1831, APEBA, *Juízes*, maço 2681; Manoel Ferraz Pedreira para o presidente da Província, Iguape, 4 de maio de 1831, APEBA, *Juízes*, *Iguape*, maço 2384.

³⁵ Manoel Ferraz Pedreira para o presidente da Província, Iguape, 22 de outubro de 1831, APEBA, *Juízes*, *Iguape*, maço 2394.

³⁶ Francisco Xavier de Barros para o presidente da Província, Itaparica, 1º de dezembro de 1830, APEBA, *Juízes de paz*, maço 2419; juiz de paz de Brotas, Antonio Gomes de A. Guimaraes para o presidente da Província, Bahia, 25 de dezembro de 1830; juiz de paz da Sé Antonio Varella para o presidente da Província, Bahia, 29 de dezembro de 1830, e juiz de paz de São Pedro, Pedro Manoel Barreto para o presidente da Província, Bahia, 29 de dezembro de 1830, APEBA, *Juízes de paz*, maço 2681; cônsul Marcescheau para o ministério dos Negócios Estrangeiros, Bahia, 22 de fevereiro de 1831, AMRE, *Correspondance Politique. Brésil*, vol. 12, fls. 206-207.

tentaram deixar a cidade para se unir a escravos de um engenho no Cabrito, saída de Salvador e entrada do Recôncavo. Mas nunca conseguiram. Caso fossem bem sucedidos, talvez tivéssemos a “guerra dos escravos” de que falara aquele oficial francês doze anos antes.

A repressão ao levante urbano de 1835 foi severa e, combinada com as medidas de controle do Recôncavo, fez com que as revoltas escravas praticamente desaparecessem. Mas deve-se levar em conta também outros fatores estruturais. O mais importante talvez tenha sido a diminuição do tráfico africano, proibido desde 1831. Embora o contrabando de escravos continuasse até meados do século, a entrada de africanos novos reduziu consideravelmente. Além disso, depois de 1835 se intensificou a exportação de escravos da Bahia, cuja economia açucareira decaía, para as províncias do Sul, onde a economia cafeeira prosperava. O esvaziamento da população escrava baiana arrefeceu a pressão sobre os senhores.

A paz escravocrata foi também favorecida pelo fim das revoltas dos homens livres, com a derrota da Sabinada em 1838. A partir de então a elite baiana conseguiria controlar os rumos da Província, no que foi ajudada pela estabilidade instaurada por todo o Império nos primeiros anos da década de 1840. Com os senhores mais unidos, ficava mais difícil para os escravos pensarem em rebelião.

Embora derrotados em suas diversas tentativas de insurreição, os escravos do Recôncavo não passaram a simplesmente aceitar a escravidão como ela era. Prova-o um episódio de 1845 acontecido na povoação de Santana da Aldeia, perto da vila de Nazaré, cuja documentação, publicada em anexo, passo a comentar à guisa de conclusão.³⁷

As autoridades de Santana davam conta de que ali vivia um negro de nome Bernardo, conhecido entre os seus como “príncipe dos nagôs”, provavelmente um desses africanos que, havendo pertencido a famílias de mando na África, terminaram reavendo algum poder e pres-lúgio entre os escravos da mesma nação na diáspora transatlântica. Dois anos antes do caso Bernardo, em 1843, o vice-cônsul britânico na Bahia, James Wetherell, anotou em seu diário o que via cotidianamente nas ruas de Salvador: “Existem alguns negros que foram príncipes em suas próprias terras, e toda vez que outros da mesma nação os encontram eles se ajoelham”. Como se vê, Bernardo não era o único nobre africano na Bahia daqueles dias. Também no Rio de Janeiro, cerca de duas décadas antes, Debret observara o mesmo fenômeno, ao descrever as pompas fúnebres de um príncipe africano

³⁷ Encontrei os documentos, há muitos anos, na série APEBA, *Polícia (suspeita de insurreição)*, quando ainda não estava catalogada.

no exílio brasileiro. Lá, entretanto, não tinha havido tantas revoltas, como tivemos aqui, chefiadas por “reis” africanos, detalhe talvez registrado na memória das autoridades que combatiam Bernardo.³⁸

O nosso príncipe da Aldeia era escravo de uma certa Bernarda, que exercia um controle frouxo sobre ele, ou então não conseguia controlá-lo. Bernardo e Bernarda: a identidade de nomes prenunciava uma relação especial. O príncipe possuía até casa própria, onde guardava uma pistola e munição e onde reunia com freqüência seus companheiros para batuques. Era sem dúvida “um negro muito audaz e empreendedor”, conforme as palavras do subdelegado Manoel João dos Santos.

Manoel João soube das artes de Bernardo através do inspetor Joaquim José de Santana, que vivia assustado com o nagô e sua gente. Ele chegou a temer que sua casa – situada na mesma rua do Fogo em que morava Bernardo – fosse assaltada a qualquer momento pois, escreveu, “eles se arrojam a insultarem outros de maior graduação, o que não farão comigo?” No mesmo dia em que o inspetor assim escreveu, Bernardo desafiara o comandante da guarda local que, havendo dispersado uma “reunião de pretos” por ele presidida, estes se reagruparam no pasto de um engenho “e ali continuaram no mesmo batuque”. Com poucos soldados, o policial prudentemente evitou insistir na perseguição.



“... e ali
continuaram
no mesmo
batuque”
(Fonte: J.M.
Rugendas,
*Malerische Reise
in Brasilien*).

³⁸ James Wetherell, *Brazil; stray notes from Bahia*, Liverpool, Webb & Hunt, 1860, p. 5; Jean-Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, São Paulo, Martins, II, pp. 185-186.

O inspetor Santana decidiu denunciar Bernardo ao subdelegado Manoel dos Santos, e parece que carregou nas tintas. Segundo ele o escravo seria líder de uma conspiração contra os brancos, e para prová-lo listou suas evidências. Em primeiro lugar, os batuques: “com os escravos desta freguesia, como muitos da vila de Nazaré, que nos domingos e mesmo dias de serviço se reúnem ali, e ferve batuques, gritos, assuadas, e outras muitas cousas que bem indicam que pretendem a levante”. Em segundo lugar, Bernardo andava armado e fora de outras vezes considerado “cabeça de motim e mau conselheiro dos outros que vivem obedientes a seus senhores”. Finalmente, os negros andavam falando “descaradamente” que, com a saída naqueles dias dos homens brancos para a Chapada – para alguma romaria? feira? festas de fim de ano? –, eles ficavam com as mulheres brancas.

Não parece haver dúvida de que Bernardo fosse um líder entre os seus, de que causasse estremecimentos na rotina da escravidão promovendo a indisciplina entre outros escravos, como se disseminasse o modelo maneiro e pouco recomendável de relação escravista que tinha com sua senhora. É até possível que, com o tempo, esse comportamento viesse a transformá-lo num chefe de rebelião. Entretanto, as evidências apresentadas pelo inspetor não convencem de que a revolta fosse iminente. Embora, como vimos, a festa negra pudesse virar revolta, a maioria delas não o fez. A festa, em geral, ameaçava a ordem escravocrata de outra forma, afastando os escravos do trabalho (o grupo de Bernardo batucava “em dias de serviço”) e do modelo branco de comportamento, reforçando entre eles laços de solidariedade e traços de identidade, realfirmo periodicamente o que de melhor há na condição humana, que a escravidão lhes negava. Mas o inspetor parecia ser da mesma linha dura dos que haviam combatido o conde dos Arcos três décadas antes, para os quais a festa era sempre a ante-sala da revolta.

Quanto à referência ao assalto sexual das brancas, pode não ter passado de deboche de algum negro que foi relevado pelo inspetor com vistas a robustecer sua denúncia, por ele saber tratar-se de um assunto de alta tensão nas relações escravistas e raciais. Os brancos, que violentavam as mulheres negras regularmente, com certeza temiam que os negros um dia se vingassem pagando na mesma moeda. Entretanto, não havia precedentes de uma revolta escrava em que os rebeldes tivessem abusado sexualmente de mulheres brancas, e dificilmente em 1845 teria havido planos para algo assim.

O próprio subdelegado reconhecia não ter provas suficientes para processar Bernardo por conspiração ou outro crime grave. O mais provável é que seu subordinado, o inspetor, buscava vingar-se

de um negro ousado, procurava impor sua autoridade, reagir à desmoralização que vinha sofrendo do líder nagô. Era uma disputa de poder relativa a quem devia mandar nos escravos da povoação de Santana da Aldeia.

O estratagema do inspetor parece ter dado certo, pelo menos em parte. O subdelegado Manoel dos Santos invadiu a casa de Bernardo e o prendeu. Em seguida, escreveu ao chefe de polícia em Salvador pedindo licença para açoitá-lo publicamente, de forma a humilhá-lo no território em que era príncipe, diante de seus súditos. Entre estes, foi também preso o liberto Antonio, em cuja casa, segundo a autoridade, se acoitavam escravos fugidos e se guardavam produtos de roubo. Ali foram também encontrados cerca de 500 mil réis, o preço de um bom escravo na época, dinheiro provavelmente de uma junta de alforria.³⁹ Para o liberto Antonio, o subdelegado pediu a deportação, uma punição possível de acordo com uma lei feita depois da rebelião dos malês, dez anos antes. Naquela ocasião as autoridades descobriram que os libertos haviam desempenhado um papel importante na insurreição, abrindo suas casas para reuniões conspirativas. Este episódio de 1845 revela que eles eram também importantes na resistência cotidiana à escravidão.

A história do príncipe Bernardo e do liberto Antonio é a história de um estilo de resistência que antecedeu as rebeliões, prosseguiu com elas e lhes sucedeu. É a história de escravos e ex-escravos que, embora não pudessem destruir a escravidão, se aliaram para estabelecer limites possíveis à dominação senhorial. Como resultado dessa luta na surdina, luta miúda e persistente, os escravos conquistaram espaços que, se hoje parecem menores, significaram muito para quem lutou. Embora conquistas sempre disputadas e ameaçadas, envolvendo avanços e recuos, dentre elas podemos listar a ocorrência de relações escravistas mais abertas, como essa entre Bernardo e sua senhora, a sobrevivência de formas de autoridade africanas, como a desse príncipe nagô, a reafirmação de valores culturais fundamentais, como os batuques de Santana da Aldeia. Não rebelar não significava se acomodar, se anular, desistir. Significava resistir por outros meios. Nem o inspetor, nem o subdelegado entendiam isso, ou talvez entendessem muito bem.

³⁹ Eram comuns essas juntas, em que os escravos se cotizavam para se libertarem num sistema de rodízio.

ANEXO: documentos sobre o escravo Bernardo, príncipe nagô

1

Ilmo. Senhor

Em consequência das suspeitas de plano de insurreição de que dei parte a V.Sa. em officio de 3 do corrente, julguei do meu dever dar com as devidas cautelas busca nas casas dos africanos indiciados, do que resultou prender um escravo de nome Bernardo em cuja casa achei uma pistola, e munições, um africano liberto de nome Antonio, e uma preta forra. Quanto ao primeiro devo dizer a V.Sa. que é um negro muito audaz, e empreendedor, que abusando da bondade de sua senhora tem chegado ao ponto de (contra a lei) possuir uma propriedade de casas, onde reíne quase sempre africanos que formam batuques e assuadas; além de que esse mesmo negro dizem intitular-se príncipe, e ser aquele que deveria capitanear os insurgidos, como mesmo consta de participações oficiais que tenho, e por cópia remeto a V.Sa. O segundo é um africano liberto, em cuja casa se acoitam escravos que se ausentam de seus senhores, se guardam roubos, e se tem formado uma caixa para a qual contribuem todos os negros, montando seu fundo a cerca de 500\$000 réis segundo pude colher da busca que lhe dei em casa. Ora, quanto ao primeiro não havendo cabais provas pelas quais se possa organizar um processo em forma, eu julguei conveniente que ele fosse todavia castigado, ainda que modicamente, com açoites públicos, não só para humilhá-lo, como para exemplo dos outros, que certamente desanimarão, e isto policialmente; mas nada fiz ainda, porque aguardo autorização de V.Sa. a quem tomo a liberdade de lembrar, que esse castigo (caso V.Sa. julgue-o necessário, como muito me parece) seja nesta povoação pois que sendo na vila não se obterão por certo os resultados, que se desejam. Quanto ao liberto porém creio que está no caso de ser deportado, se V.Sa. assim o houver por bem. Devo dizer a V.Sa. que me foi entregue seu officio de 6 do corrente, o que dei fiel execução, não havendo da parte das famílias o menor susto. V.Sa. mandará o que for servido. Deus Guarde a V.Sa. por muitos anos. Freguesia de S. Ana da Aldeia. 11 de novembro de 1845. Ilmo. Senhor Desembargador Chefe de Polícia desta Província João Joaquim da Silva.

Manoel João dos Santos.

2

Ilmo. Senhor Subdelegado

Levo ao conhecimento de V.Sa. que aparecem boatos, e mesmo indícios que os africanos pretendem se levantarem contra os brancos, já pelas muitas conversas, que ouço, como neste meu quartelão há muitas casas donde moram, fazem delas coito, e reuniões tanto de forros como cativos que fugindo de seus senhores acoitam-se nas casas dos forros, e nestas há constantemente algazarras, e batuques, e logo que eu compareço para proibir tais atentados sou chinchalhado, e desrespeitado sem que possa por termo a isso apesar das grandes recomendações de V.Sa., que por muitas vezes me tem recomendado, que não consinta no meu quartelão tais cousas, mas apesar de querer cumprir as ordens de V.Sa. vejo-me coato porque sou só, e moro no lugar mais retirado do meu quartelão, e temo ser em minha própria casa atacado pelos negros; porque vejo que eles se arrojam a insultarem outros de maior graduação, o que não farão comigo? O que deve ocupar a atenção de V.Sa. e do público, é existir neste quartelão o negro cativo de Bernarda de Tal, cujo negro não tendo obediência alguma a sua senhora por ela dar-lhe licença para tudo, e viver este absoluto, intitula-se Príncipe dos Nagôs, e tem no meu quartelão uma casa própria que a fez de seu pé, e nela mora como é público, e ali faz suas reuniões; que com os escravos desta freguesia, como muitos da vila de Nazaré, que nos domingos, e mesmo dias de serviço se reúne ali, e ferve batuques, gritos, assuadas e mais cousas que bem indicam que pretendem a levante: ora este negro Bernardo eu acho

capaz de por em prática qualquer plano, além disso consta-me que possui uma arma de fogo, e que anda com ela, e a tem em casa, não é a primeira vez que este preto é considerado cabeça de motim, e mau conselheiro dos outros que vivem obedientes a seus senhores. V.Sa. tomará as cautelas que vir for justo, contanto que eu acho-me só sem forças para repelir qualquer tentativa, e agora tenho notícia que eles dizem que é tempo, porque os brancos vão todos para a Chapada, e que eles ficam com as mulheres brancas, tudo isto descaradamente falam. Deus guarde a V.Sa. 3º quarteirão da rua do Fogo desta subdelegacia, 1º de novembro de 1845. Ilmo. Sr. Capitão subdelegado Manoel João dos Santos.

Joaquim José de Santana, Inspetor.

3

Parte do serviço de prontidão.

Dou parte que rondando esta noite encontrando reunião de pretos dispersei-os e estes foram-se reunir nas imediações do pasto do engenho e ali continuaram no mesmo batuque, e eu com poucos guardas receei ir sobre eles por considerá-los com força superior à minha, e não quis acometê-los por prudência. V.Sa. tomará as medidas que julgar. Faço certo que o autor é o escravo Bernardo que se intitula Príncipe, e se faz temível nesta terra. 1º de novembro de 1845.

José Gonçalves de Santa Rita, Sargento comandante da guarda de prontidão.

ABREVIATURAS USADAS NAS NOTAS:

- APEBA: Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador.
- AMC: Arquivo Municipal de Cachoeira, Cachoeira.
- AN: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- BNRJ: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
- AMRE: Archives du Ministère des Relations Exterieures, Paris.